



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes

4 de novembro de 2016

No dia quatro de novembro de dois mil e dezesseis reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, na Fábrica de Ideias, sob presidência do Reitor Denio Rebelo Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, o sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Ensino, sr. José Aguilar Pilon; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Có; da Diretoria de Planejamento, sr. Elton Siqueira Moura; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; do Polo de Inovação Vitória, sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cezar de Oliveira Bettero; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria; do campus Centro Serrano, sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Fabiano Calman; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Hudson Luiz Côgo. Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens:

1. Informes; 2. Curso de formação de formadores - Projeto Internacional MEC/SETEC/Agencia Brasileira de Cooperação / Governo de Moçambique; 3. Apreciação oferta do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio do campus Centro Serrano; 4. Processo – 23147.000844/2015-86 - Aprovação Regimento Interno CEP/IFES – Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Espírito Santo; 5. Atualização sobre Institucionalização da EaD na Rede Federal, UAB e e-Tec; 6. Processo 23147.002959/2016-96 Avaliação de proposta de nova turma de mestrado para servidores com a UFRRJ; 7. Aprovação de proposta de implantação do pacote Office 365 Educacional para estudantes e servidores do campus Vitória; 8. Análise do pedido de remoção de servidor cujo concurso tem cláusula de barreira para o campus Venda Nova do Imigrante; 9. Apreciação do Regimento do Fórum de Comunicação; 10. Apresentação do Cronograma do SIG-Ifes. O Presidente abre o **item 2** e relata que o Governo de Moçambique pretende empreender um projeto de formação de professores para cursos técnicos, o qual se adéqua à proposta de internacionalização do Ifes, acrescentando que o embaixador moçambicano esteve na Reditec para apresentar o projeto, que ainda não está finalizado, restando definir questões como o financiamento, isto é, se será total ou parcial. A seguir, passa a palavra para a assessora internacional, professora Verônica Rangel Barreto, que informa que ainda faltam muitas questões a serem definidas. Faz um breve relato da proposta, apresentando as etapas, demandas iniciais, destacando que a princípio, o custeio de passagem, hospedagem e alimentação será responsabilidade do Governo de Moçambique, destacando que o curso de formação de formadores foi uma sugestão do Mec. Informa que essa

demanda foi apresentada em reunião do Conif, ressaltando que o Ifes, na área de mecânica, foi uma das instituições selecionadas para participar do projeto nesse momento inicial. Expõe o próximo passo, ou seja, uma missão de prospecção em Moçambique, pelo período de 5 a 9/12/2016, que terá representantes da Setec, do Conif, do Condetuf, da UGF, e um representante de cada uma das 10 instituições selecionadas. Assim, destaca a necessidade de se definir o representante do Ifes a partir dos campi que possuem cursos de mecânica. Descreve o papel e as ações da Arinter para o processo, destacando que o representante escolhido deve possuir comprometimento e tempo necessários para realizar as ações necessárias. O Presidente explica que Moçambique precisa de ajuda para formar professores para cursos técnicos, destacando que as áreas de atuação específicas ainda não foram definidas, porque o próprio governo não tem experiência no processo. Destaca que os critérios de definição dos institutos e áreas de atuação não foram divulgados, por isso, não tem como explicar a escolha do Ifes para a área de mecânica. Ressalta que o representante do Ifes deve ser uma pessoa com experiência, preferível internacional, que tenha capacidade de enxergar e compreender as necessidades de Moçambique na área de mecânica. Relata que as aulas serão ministradas em Moçambique, com exceção aos casos em que os alunos tenham que conhecer um equipamento muito específico no Brasil. Informa que sugeriu a modalidade a distância, mas a sugestão foi descartada em virtude de uma péssima experiência do governo moçambicano nessa modalidade. Solicita aos dirigentes que possuem cursos em mecânica que definam um representante. O dirigente Jean relata que o professor Manuel Tadeu do campus São Mateus é um bom nome, destacando que ele tem experiência internacional com trabalhos em Trinidad e Tobago, e também no estaleiro Jurong. Fica definido que os dirigentes dos campi que ofertam cursos na área de mecânica irão conversar, analisar possíveis candidatos, e definir o representante do Ifes para a missão em Moçambique. O Presidente informa que o evento de lançamento do documento final da Política de Comunicação do Ifes e do Plano Geral de comunicação do Ifes foi suspenso em virtude da ocupação do campus Vitória, acrescentando que o evento deve acontecer em dezembro. Destaca ações já realizadas da política de comunicação, dentre elas, a definição dos comitês de governança e de crise. Pede autorização para alterar a ordem dos itens com o intuito de garantir maior celeridade, e diante da anuência dos presentes, abre o **item 9** e passa a palavra para a servidora Lara Rios que inicia a apresentação destacando que esse regimento está previsto na política de comunicação. Apresenta a criação e as razões de implantação do fórum, explicitando os objetivos, dentre eles, assessorar o Colégio de Dirigentes na área de comunicação social, acompanhar a implementação da política da comunicação e orientar as atividades na área de comunicação dos campi. Expõe a composição do fórum e sua organização, ou seja, grupos de trabalho para discussão de temas de acordo com a demanda, podendo convidar outros profissionais para colaborar nos trabalhos. Revela que o mandato dos membros é de 1 ano para os coordenadores, ressaltando que serão realizadas duas reuniões ordinárias por ano, podendo, as extraordinárias serem convocadas com antecedência mínima de 15 dias. O dirigente Luiz Braz revela que 15 dias é um prazo muito longo para a convocação extraordinária, propondo uma semana útil. O Colégio de Dirigentes acata a proposta do dirigente Luiz Braz e aprova o Regimento do Fórum de Comunicação. O Presidente relata que os campi que desejam alterar seus representantes no Fórum, terão cinco dias para fazê-lo. Abre o **item 10** e passa a palavra para o diretor Joubert que relata que a DTI e a Diretoria de Planejamento visitaram os campi, a partir da caravana do planejamento estratégico, avaliando a situação para implantação do sistema. Destaca que a implantação carece de comprometimento das áreas de negócio, ressaltando que, apesar do sistema não ser perfeito, é muito mais eficiente que o processo atual, baseado nos processos físicos. Relata que houve duas metodologias para a implantação do Sig, explicando-os e informando que a primeira não obteve o resultado esperado.

Acrescenta que, diante desse fato, foram feitos ajustes na segunda metodologia, destacando que boa parte das ações são responsabilidades das áreas de negócio, enfatizando que o Ifes está no aditivo de prazo com a UFRN. Explica que o cronograma prevê muitas atividades que serão executadas em paralelo com a implantação, destacando a criação de comissão responsável por validar os usos do sistema. Desta forma, explica que um módulo só será considerado implantado quando todos seus sistemas forem validados. Enfatiza que as atividades de TI não serão oneradas com demandas de negócio, explicando que, com o intuito de implantar o sistema dentro do cronograma, as atividades técnicas serão separadas das atividades negociais, exemplificando situações e justificando tal posicionamento. Apresenta o cronograma, destacando as datas previstas para início de implantação dos módulos e explicitando as metodologias e os processos que serão utilizados. Assim, solicita autorização e cooperação dos dirigentes para que o cronograma seja cumprido e, conseqüentemente, até julho de 2017, tanto o Sipac quanto o Sigrh estejam completamente implementados. O Presidente relata que a partir da instalação do sistema, diversos problemas ocorreram, por isso, uma vez que o sistema esteja funcionando, ele será utilizado, e o passado será consertado aos poucos. Destaca que o que for possível será migrado, ressaltando que, a partir de sua experiência com a implantação do sistema acadêmico atual, a migração é a pior atividade a ser executada. O dirigente Antônio questiona se os equipamentos da instituição tem capacidade para suportar a implantação do sistema. O diretor Joubert informa que haverá compras de disco para armazenar os dados, principalmente aqueles oriundos dos processos virtuais, destacando que um dos problemas a serem enfrentados é a resistência de pessoal, e ressalta a necessidade de mudança da cultura institucional. O Presidente destaca que, possivelmente, a auditoria questionará por que o sistema ainda não foi implantado, ressaltando que a resistência sempre vai existir, e enfatiza a necessidade de fazer com que as pessoas saiam da inércia. O Colégio de Dirigentes aprova o cronograma de implantação do Sig. O Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para a dirigente Adriana que relata que o processo estava em tramitação desde a época do antigo diretor José Geraldo, mas que, diante da limitada infraestrutura, o campus Centro Serrano preferiu dar continuidade ao integrado, e que agora, com as devidas condições, o campus pretende ofertá-lo. O diretor José Pilon relata que o processo já foi aprovado na câmara do ensino técnico, destacando que o curso será subsequente, no turno noturno, destacando a grande procura verificada pelo quantitativo das inscrições. Enfatiza que o curso estava previsto no planejamento do campus, destacando a existência de código de vagas, e que somente se esperava condições físicas. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favorável a oferta do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio do campus Centro Serrano. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para o pró-reitor Márcio Có que relata que houve pequenas alterações que se referem, basicamente, a questões de quórum e frequência, colocando-se a disposição para os devidos esclarecimentos. O Colégio de Dirigentes aprova o Regimento Interno CEP/IFES – Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Espírito Santo. O Presidente abre o **item 6** e passa a palavra para o pró-reitor Márcio Có que informa que foi realizado um contato com a UFRRJ com intuito de promover uma nova turma de mestrado para servidores, acrescentando que a UFRRJ encaminhou um termo de convênio estruturado de 30 vagas que se iniciaria em julho de 2017 e terminaria em 2019. Destaca que o mestrado pode ser cursado por técnico-administrativos e docentes, com custo de 500 mil reais que será pago ao longo de 3 anos, isto é, 100 mil reais em 2017, 130 mil reais em 2018 e 270 mil reais em 2019, acrescentando que o custo por aluno é de aproximadamente 16 mil reais. Ao ser questionado pelo dirigente Moacyr o local onde será ministrado o curso, o pró-reitor Márcio responde que na própria UFRRJ, destacando que, nas turmas anteriores, algumas atividades foram realizadas no campus Alegre, possibilidade ainda não contemplada nesse projeto, e enfatiza que tais atividades podem ser negociadas. O Presidente relata

que essa é uma primeira aproximação e que na próxima reunião os dirigentes decidem sobre a demanda. O pró-reitor Márcio Có sugere que se abram vagas para a comunidade de outros campi além dos agrícolas. O dirigente Bettero destaca a possibilidade de verticalização a partir de linhas de pesquisas que estejam correlatas, exemplificando seus argumentos. O pró-reitor Márcio destaca a necessidade de se conhecer o programa e suas linhas de pesquisa para verificar essa possibilidade. O dirigente José Orlandi supõe que, por ser uma reoferta, a demanda inicial não foi suficiente para atender as vagas ofertadas. O pró-reitor Márcio relata que não tem informações a respeito, destacando que a pesquisa de demanda é um instrumento que orienta a distribuição de vagas. O Presidente sugere que cada campus faça um levantamento de demanda e que traga o resultado na próxima reunião, solicitando que o pró-reitor Márcio Có encaminhe as informações por e-mail. Abre o **item 5** e passa a palavra para a dirigente Vanessa que relata os 94 computadores foram recebidos e distribuídos aos campi que foram polos da E-tec. Informa que foi submetido, no início do ano, planos de trabalho de novos cursos, mas a com a mudança da Setec, novos planos foram solicitados e enviados, acrescentando que a equipe da Setec mudou novamente, e a terceira equipe solicitou novos planos e que, diante dessa nova solicitação, o Cefor decidiu não submetê-los, destacando que, aqueles institutos que submeteram estão desesperados, uma vez que os prazos são muito curtos e não têm sido cumpridos pela Setec, exemplificando-os. Relata que nesse ano, os cursos em andamento da E-tec continuam, mas que o Ifes não aderiu a novos cursos. Informa que, com relação a UAB, aconteceu o contrário, ou seja, não havia cursos aprovados nos últimos dois anos, mas que novos cursos foram aprovados e vão iniciar em 2017, enfatizando que para o Ifes foram aprovadas mais de 2000 vagas. Sobre a institucionalização da EaD, destaca que, por conta das situações descritas, tem-se trabalhado nas ações EaD independente de recursos externos, destacando a participação em um grupo de trabalho nacional que elaborou um plano de trabalho que foi aprovado pelo Conif. Informa que o grupo de trabalho propôs alteração da portaria 17, proposta submetida a Setec, destacando a aprovação no Conif de um modelo de estrutura para os núcleos gestores de EaD, que está aguardando aprovação na Setec, e destaca que o próximo passo é discutir a matriz orçamentária e metodologia. Informa que participará de um outro grupo de trabalho, como representante do Conif, criado pela Capes, para apresentar propostas para a institucionalização da UAB. Manifesta sua satisfação com o fato de que a rede federal está se unindo, destacando a visita de mais de 20 institutos federais ao Cefor, ressaltando que, de certa forma, a institucionalização da EaD está se fortalecendo. Informa que o Cefor está em processo de credenciamento, enfatizando que, caso não seja credenciado, não poderá ofertar nenhum curso, expondo os prejuízos institucionais que ocorrerão nesse cenário. Por isso, solicita auxílio dos dirigentes para que os campi com cursos EaD encaminhem toda a documentação necessário, acrescentando que, caso essa documentação não seja enviada, será impossível o credenciamento. A seguir, especifica os campi que ainda não encaminharam a documentação, destacando que tanto o prazo quanto a lista de documentos já foram encaminhados. O dirigente Carlos Cezar Bettero, solicita que o e-mail também seja repassado aos dirigentes para que eles tenham ciência das solicitações. O Presidente abre o **item 1** e informa que os reitores e os diretores-gerais da Rede estariam no congresso, a partir do dia 8 de novembro, para dois dias de congresso, destacando que os reitores seriam recebidos por um grupo de senadores. Relata que o objetivo da ida a Brasília é trabalhar três pontos específicos, ou seja, PEC 55, MP 746 e Loa 2017, sugerindo que os 12 ou 13 dirigentes do Ifes que participarão dessa manifestação, dividam-se em grupos para visitar os parlamentares da bancada capixaba, ou seja, 4 grupos para visitar 13 parlamentares, ou seja, cada grupo conversará com 4 parlamentares. Destaca que essa mobilização é muito importante, ressaltando que não sabe quantos diretores-gerais estarão presentes em Brasília. Ressalta que somente os pontos destacados serão

tratados, destacando que não há garantias que os próximos governos farão o que determina a PEC 55 durante o período de 20 anos, acrescentando que nessa equação tem que colocar o crescimento demográfico, uma vez que o IPCA não cobre os custos de uma instituição, como o Ifes, que está em crescimento, e por isso, aumentando gradativamente o quantitativo de alunos. Relata que nas conversas com os senadores somente serão tratados assuntos pertinentes à educação, independente da posição ideológica do dirigente, enfatizando que, se a intenção não é acabar com a saúde e com a educação, porque esses itens não são retirados do texto, destacando que nunca houve propostas com efeitos tão nocivos para a saúde e educação do país. Relata que a MP 746 não foi discutida suficientemente e que por isso ainda há prazo, informando que há movimento na Câmara para que a MP seja esquecida e que a proposta seja discutida na forma de lei, situação que seria favorável, uma vez que a tramitação, nesse caso, é mais lenta. Sobre a Loa, destaca que a intenção é garantir o melhor orçamento possível, destacando que o Conif propôs um orçamento de 3,7 bilhões e o MEC reduziu para 2,180 bilhões, acrescentando que é uma queda significativa de valor para a Rede mas de pouco impacto para o orçamento do ministério cujo orçamento previsto é de 104 bilhões. Enfatiza que caso o orçamento inicial seja mantido, a situação financeira será mais tranquila, destacando que, apesar disso, há uma disputa com a Setec que quer ficar com 2/3 dos investimentos previstos na Loa para distribuição posterior, mas os institutos querem que essa fração da Loa seja distribuída imediatamente, ficando com a Setec, 1/3 da Loa. Informa que a demanda de capital do Ifes é de 200 milhões diluída ao longo de 5 anos, montante suficiente para terminar a infraestrutura dos campi, destacando a necessidade de se preparar uma tabela para entregar aos parlamentares sobre as necessidades orçamentárias dos campi, relatando que os grupos serão organizados durante o voo. Abre o **item 8** e passa a palavra para o diretor Hudson que relata que o campus Vitória solicita autorização para implantação do pacote office, gratuito, e disponibilização de e-mail com um tera de armazenamento, justificando essa opção pela dificuldade de se trabalhar com o libre office que apresenta muitas limitações. O Presidente relata que para o usuário o pacote office é ótimo, mas que ainda não é possível avaliar os reflexos para a instituição, visto que se trata de uma proposta de fidelização, destacando que há propostas similares como o da google. O diretor Joubert explica que essas ferramentas são utilizadas por instituições modernas, explicando os recursos oferecidos pelo pacote, tais como: e-mail para aluno e docente, armazenamento de um tera na nuvem, office no browser, espaços virtuais, dentre outros. Acrescenta que pelo fato do Colégio de Dirigentes ser o comitê gestor de TI, solicitou que a proposta fosse apresentada aos dirigentes, ressaltando que, apesar do pacote ter vantagens, há impactos que devem ser considerados, ou seja, discrepância entre o e-mail dos docentes, possíveis problemas para a CSO no envio de informação, a definição de segurança da comunicação para o e-mail de alunos. Declara não estar confortável para se posicionar sobre a instalação do pacote, pois não analisou com profundidade os prós e contras do pacote, sugerindo que, para reduzir problemas de segurança poder-se-ia identificar os e-mail de alunos e de estagiários. O Presidente declara que não se deve impedir a implantação do pacote no campus Vitória, mas sim, entender os problemas que possam aparecer, e a partir disso, estender o pacote aos demais campi. O diretor Joubert informa que o campus Vitória será o piloto. A dirigente Denise declara que a pressão dos servidores dos demais campi será enorme e inevitável, acrescentando os problemas com servidores que utilizam o office portátil. O diretor Joubert acredita que dois meses será suficiente para avaliar o pacote a partir da implantação no campus Vitória, relatando que há decretos que proíbem a instalação desses sistemas, mas que há uma movimentação do pessoal de TI para que as instituições de ensino sejam excluídas destes decretos. O Presidente declara que, em termos industriais, a instalação do pacote é um risco, exemplificando possíveis problemas que podem ocorrer com o Polo de Inovação Vitória, acrescentando que, possivelmente, os decretos que obrigam a

utilização de softwares livres serão revogados pelo Governo. Sugere que o campus Vitória seja autorizado a utilizar o pacote com o compromisso de que, após 2 meses de uso, seja apresentado aos dirigentes relatório sobre o pacote. O dirigente Hudson sugere que, em virtude do recesso de final de ano, o prazo seja estendido até abril de 2017. O diretor José Pilon manifesta seu otimismo com a proposta do pacote e com a decisão de que o campus Vitória será o piloto, sugerindo que um grupo de especialistas analisem e testem o pacote, para trazerem suas conclusões ao Colégio de Dirigentes. O diretor Hudson sugere que, por um período de teste, o pacote seja utilizado, inicialmente, pelos servidores e que depois, seria disponibilizado aos alunos. O Joubert relata que o foco do pacote é o aluno, destacando que o prazo para março ou abril é tempo suficiente, e informa que levará a proposta ao fórum de TI, ressaltando que a equipe de TI do campus Vitória tem a capacidade e a quantidade de pessoal necessária para dar o devido suporte. A dirigente Vanessa relata que essa proposta não é uma novidade tecnológica, destacando que o decreto que obrigou o uso institucional de software livre considerou apenas o viés econômico, e ressalta que as empresas de tecnologia sempre fazem ofertas como essa, considerando isso excelente para uma instituição de ensino, pois não priva o aluno de usar diversas tecnologias. O diretor Joubert relata que a iniciativa do software público é muito boa, o problema é que temos sistemas mesclados, softwares gratuitos e licenciados, que implicam custos de gerenciamento e de manutenção, destacando que a instituição desconhece até quando a Microsoft irá disponibilizar o pacote gratuitamente. Destaca que a TI é incapaz de controlar muitas tecnologias, justificando que uma das razões de impedir a instalação de muitos programas é a impossibilidade de dar suporte a eles. O diretor Hudson entende a preocupação dos dirigentes, mas ressalta que toda a experiência é positiva, exemplificando sistemas que, em um primeiro momento eram pagos, mas que depois tornaram-se gratuitos. O Presidente concorda com a instalação, ressaltando que a intenção da Microsoft é fidelizar o aluno e futuro consumidor com sua tecnologia. O diretor Joubert informa que o pacote estará disponível apenas para aluno e docente, destacando que o técnico-administrativo continuará a utilizar o libre office. O Colégio de Dirigentes aprova a **implantação do pacote Office 365 Educacional para estudantes e docentes do campus Vitória**, estipulando o final de março de 2017 como prazo para que o campus apresente um relatório sobre o uso do pacote. O Presidente passa a palavra para a diretora Danusa que relata uma situação delicada para com a progressão docente, destacando que o Ifes pagou o passivo de 2012, e que, para o servidor com direito a D1 e D3, por não haver previsão para pagamento, seria incluído em pagamentos do exercício anterior. Relata que há um mandato de segurança, impetrado pelo sindicato, que prevê execução individual e correção do valor, mas que para isso, o docente deverá contratar advogado, ressaltando que a instituição não está incentivando nenhum servidor a entrar na justiça. Informa que encaminhará memorando aos campi com as devidas informações para que os dirigentes possam sanar quaisquer dúvidas que surjam em seus respectivos campi. Revela que, administrativamente, não há previsão de pagamento, ressaltando que, nesse caso, não haverá correção, e que para os interessados em entrar na justiça, o prazo se extingue em novembro de 2017, que corresponde ao retroativo de 2008 a 2011. O Presidente passa a palavra para o aluno Artur, do curso de estradas do campus Vitória, que ao cumprimentar os presentes, informa processos judiciais e coações são decorrentes das ações do movimento estudantil, declarando que em reunião no Cenifes, que respeitou a legitimidade dos estudantes, ou seja, contou com a participação dos alunos dos cursos técnicos, proeja e superiores, destacando a deliberação de realizar a ocupação, mas sem o fechamento dos campi. Ressalta que, nesse processo, ficou demonstrado a importância de atos unificados, e agradece aos diretores-gerais que colaboraram com a liberação de estudantes para os atos, e solicita aos que burocratizaram as liberações que auxiliem nesse processo. Relata que o DCE tem um projeto de realizar seminários sobre educação em todos os campi, com a intenção de politizar o

debate sobre a PEC 55, a MP 746, a LOA 2017 e a destinação do pré-sal para a educação. Solicita a colaboração e compreensão dos dirigentes sobre as ações do movimento estudantil, destacando que conversas e análises sobre as ações estão sendo realizadas no Cenifes. Destaca que o estado de ocupação é um movimento de cada campus, ressaltando que nenhuma medida verticalizada favorece o movimento, uma vez que os alunos querem tanto defender a educação quanto continuar com os dias letivos. Devido ao horário, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada, enfatizando que os itens pendentes serão tratados na próxima reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.